

Escolarização de Jovens e Adultos em áreas de Reforma Agrária do Estado do Paranáⁱ: a experiência da UNIOESTE

 Adrian Alvarez Estrada¹,  Valdecir Soligo²

^{1, 2} Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário. Cascavel - PR. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: adrianalvarez.estrada@gmail.com

RESUMO. O objetivo deste artigo é apresentar a dinâmica e os resultados alcançados por meio do Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos – anos finais do ensino fundamental (Fase II), em áreas de Reforma Agrária no Estado do Paraná. Buscou-se descrever a essência do Projeto de forma a evidenciar a importância de ações educativas focalizadas no atendimento a demandas sociais latentes na história da educação brasileira. Como metodologia utilizamos a análise documental, partindo do escopo do Projeto e das legislações pertinentes, cotejando com a bibliografia especializada para chegarmos a apresentação dos resultados obtidos com o desenvolvimento do curso. Como consequência, temos a presença marcante das dificuldades da modalidade de EJA, somadas à realidade das comunidades rurais, principalmente ligadas aos movimentos sociais, mas que no contraditório do processo, a demanda por educação é destaque no número de matrículas e evidenciada na relação de concluintes, descortinando uma realidade ainda presente em nosso país.

Palavras-chave: EJA II, regime de alternância, escolarização em áreas de reforma agrária.

Schooling of Young people and adults in areas of agrarian reform of the State of Parana: the experience of UNIOESTE

ABSTRACT. The aim of this essay is to present the dynamics and results achieved through the youth and adults schooling project – final years of elementary school (phase II) –in areas of agrarian reform of the State of Parana. We sought to describe the essence of the project in order to highlight the importance of educational actions focused on attending to latent social demands in the history of Brazilian education. As a methodology, we used documentary analysis, based on the scope of the project and the relevant legislations, with the specialized bibliography to reach the presentation of the results obtained with the development of the course. As a result, we have the remarkable presence of the difficulties of the EJA modality, in addition to the reality of rural communities, mainly linked to social movements, but in the contradictory process, the demand for education is highlighted in the number of enrollments and evidenced in the relationship of seniors, revealing a reality still present in our country.

Keywords: EJA II, alternation regime, schooling in areas of agrarian reform.

Escolarización de jóvenes y adultos en zonas de reforma agraria del Estado de Paraná: la experiencia de UNIOESTE

RESUMEN. El objetivo de este ensayo es presentar las dinámicas y resultados obtenidos a través del proyecto de educación para jóvenes y adultos – los últimos años de la escuela primaria (Fase II) – en áreas de reforma agraria del Estado de Paraná. Buscamos describir la esencia del proyecto con el fin de destacar la importancia de las acciones educativas enfocadas en la atención a las demandas sociales latentes en la historia de la educación brasileña. Como metodología, utilizamos el análisis documental, sobre la base del alcance del proyecto y de las legislaciones pertinentes, con la bibliografía especializada para llegar a la presentación de los resultados obtenidos con el desarrollo del curso. Como resultado, tenemos la notable presencia de las dificultades de la modalidad EJA, junto con la realidad de las comunidades rurales, principalmente vinculada a movimientos sociales, pero en el proceso contradictorio, la demanda de educación se destaca en el número de inscripciones y se evidencia en la lista de graduados, revelando una realidad todavía presente en nuestro país.

Palabras clave: EJA II, régimen de alternancia, la escolarización en zonas de reforma agraria.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados alcançados por meio do Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos – anos finais do ensino fundamental (Fase II) –, em áreas de Reforma Agrária no Estado do Paraná.

O Brasil ainda possui um sistema de ensino que não atende todas as demandas, principalmente daqueles indivíduos deslocados que estão situados em assentamentos rurais, por vezes muito distantes de áreas que possuem escolas e, em muitos casos, com precárias condições de locomoção até elas.

Embora existam programas educacionais, como é o caso do Brasil Alfabetizado e o Paraná Alfabetizado, estes não têm sido suficientes e efetivos diante da demanda por escolarização em áreas de Reforma Agrária. Observa-se nas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que uma parcela significativa de cidadãos ainda não possui acesso ao ensino fundamental na idade escolar prevista. No tocante a Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo dados do IBGE de 2007, essa oferta de educação era frequentada, por cerca de 10,9 milhões de pessoas, que correspondia a 7,7% da população com 15 anos ou mais de idade. No entanto, cerca de 8 milhões de pessoas que passaram pela

EJA antes de 2007, 42,7% não conseguiram concluir o curso por motivo de evasão, justificados por incompatibilidade de horário das aulas com os de trabalho ou de procurar trabalho (27,9%) e, também, falta de interesse em fazer o curso (15,6%).

Esta realidade levou os representantes das comunidades assentadas e membros de movimentos sociais populares do campo, oriundos de diferentes localidades do Estado do Paraná, a apresentarem suas demandas para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), considerando que esta instituição já possui uma trajetória na promoção da educação formal para estas populações (quatro edições dos cursos de licenciatura em Pedagogia do Campo e Licenciatura do Campo; curso de especialização em Educação do Campo) qual apresentou o projeto “Educação de Jovens e Adultos – (EJA) Fase I e Fase II ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) para o atendimento da demanda de escolarização de jovens e adultos em áreas de reforma agrária no Paraná, nos polos localizados em Maringá, Porecatu, Renascença e Londrina.

Nesse contexto, considerando a demanda por escolarização de Jovens e

Adultos em áreas de reforma agrária no Estado do Paraná, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), firmou o convênio SICONV nº 777329/2012 com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – SR 09/PR, com o escopo de formar jovens e adultos que residem em áreas de assentamento e acampamentos de reforma, em regime de alternância em tempo escola e tempo comunidade, num total de 1.600 (um mil e seiscentas) horas.

Caracterização

Em toda a história da República Brasileira, teóricos da educação, homens públicos e também parte significativa da população, sempre defenderam que o acesso aos anos iniciais da educação é um direito de todos os cidadãos. Entretanto, observa-se que uma parcela significativa da população não consegue acesso à educação em idade escolar prevista. Atualmente, ainda é alto o índice da população brasileira que não concluiu a escolarização básica, principalmente quando se trata da população empobrecida que mora no campo. Como exemplo, basta verificar os índices apresentados no Manual de Operação do PRONERA (2016).

Uma retrospectiva histórica da educação de jovens e adultos, nas áreas

rurais, remete a um quadro de exclusão e marginalização, que evidencia uma realidade desfavorável à população camponesa. A pesquisa do IBGE revela, no censo de 2010, que o Brasil ainda tinha 9,6% da população, com 15 ou mais anos, analfabeta, representando com isso cerca de 18 milhões de analfabetos. Também é importante reiterar que, enquanto a taxa de analfabetismo nas regiões urbanas chega a 7,3%, no campo ela chega a 23,2%. Tal situação demonstra que a garantia do Ensino Fundamental, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria, não vem sendo cumprida, a despeito do estabelecido na Constituição Federal de 1988 (Art. 208, I) e no inciso I, artigo 4º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996 (Brasil, 2005).

A Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil (PQRA), realizada pelo INCRA em 2010 mostra que o Brasil tinha 923.609 famílias vivendo em 8.763 assentamentos, numa área de 75,8 milhões de hectares. Desse contingente, 15,6% não foram alfabetizados; 42,3% cursaram até a 4ª série; 27,3% concluíram o ensino fundamental; 7,4 % fizeram uma parte do ensino médio e 6,0% concluíram a Educação Básica (INCRA, 2010).

O Brasil ainda não teve um sistema de ensino apropriado às especificidades do

modo de vida da população do campo. Hoje percebem-se medidas por meio de programas educacionais, a exemplo dos programas já citados o Brasil Alfabetizado e o Paraná Alfabetizado, mas que não são suficientes diante da grande demanda por alfabetização e escolarização presentes nas áreas de Reforma Agrária. O Artigo 28, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) prevê que, na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino devem promover as adaptações necessárias às peculiaridades de cada região, especialmente: I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996).

Dentro deste contexto, e preocupados com a formação escolar de populações do campo, representantes das comunidades assentadas e membros de Movimentos Sociais Populares do Campo, apresentaram suas demandas à UNIOESTE, que já possui uma trajetória na promoção da educação formal dessas populações.

Partindo da demanda verificada, o projeto foi formulado e apresentado ao PRONERA, objetivando possibilitar uma

educação voltada para a realidade do campo e construída com a participação de suas comunidades.

Desse modo, o projeto se justificou pela demanda por Escolarização de Jovens e Adultos em áreas de reforma agrária no Paraná, com quatro turmas definidas, organizadas e localizadas em quatro municípios (Londrina, Maringá, Porecatu e Renascença), porém, essas turmas foram compostas exclusivamente por estudantes da região onde se localizam os municípios, a saber: região Sudoeste e Norte do Paraná.

Diante desse cenário, o objetivo foi de ofertar a escolarização (Anos Finais – Fase II) para 160 jovens e adultos que residiam nos quatro municípios selecionados para a execução do projeto que visava, além de proporcionar melhorias de vida aos seus moradores, também objetivava promover o desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da oferta de educação formal aos jovens e adultos.

Como consequência direta, ampliou-se as condições do acesso à educação como um direito social e fundamental na construção da cidadania de jovens e adultos que vivem em áreas de assentamentos de reforma agrária, além da promoção de parcerias entre a Universidade, órgãos governamentais na esfera federal, estadual e municipal, bem

como das comunidades assentadas, na implementação do projeto de escolarização.

Proposta Teórica e Metodológica do Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos – Fase II

Na busca por oferecer possibilidade de acesso à educação formal, diversas políticas públicas foram realizadas no Brasil, mas grande parte destas ações assumiram características mais quantitativas do que qualitativas. Deste modo, na história da EJA registra-se um grande número de evasão e reprovação conforme as obras destacam as obras de: Silva et al. (2019); Giovanetti, Gomes e Soares (2006); Paiva & Oliveira (2009); Arroyo (2003), entre outros que apontam diferentes causas para esse acentuado fracasso como a falta de formação adequada para os professores que atuam na EJA, os escassos recursos financeiros, assim como as más condições físicas e emocionais que os alunos chegavam a escola.

Ainda que adversidades como: evasão, modelo compensatório de currículo com tempo e conteúdos reduzidos possam ser apontadas, é necessário, e importante, registrar que há conquistas, principalmente nos planos de ensinamentos integrados aos movimentos de educação e cultura popular. Como causa

desse avanço, alguns teóricos, a exemplo de Paulo Freire, cujas obras foram incorporadas às discussões, contribuíram para uma maior integração entre cultura popular e educação escolar.

Após o processo de redemocratização política no Brasil, meados da década de 1980, várias ações referentes à Educação de Jovens e Adultos foram realizadas. Conforme Di Pierro (2005), grande parte dessas ações foram impulsionadas pelo resgate da cultura popular, pelas mudanças no pensamento pedagógico e por um movimento de inovação técnica no processo de trabalho. Segundo ela, tais mudanças correspondem a um “novo paradigma da Educação de Jovens e Adultos”:

Frente ao mundo inter-relacionado, desigual e inseguro do presente, o novo paradigma da educação de jovens e adultos sugere que a aprendizagem ao longo da vida não só é um fator de desenvolvimento pessoal e um direito de cidadania (e, portanto, uma responsabilidade coletiva), mas também uma condição de participação dos indivíduos na construção de sociedades mais tolerantes, solidárias, justas, democráticas, pacíficas, prósperas e sustentáveis (Di Pierro, 2005, p. 1119-1120).

A autora complementa que a educação de jovens e adultos deve se voltar para o reconhecimento da educação como um direito social, o que permite afirmar que as demandas educativas existentes nas

áreas de acampamento e de assentamento da Reforma Agrária no Paraná necessitam ser atendidas, principalmente, ao se constatar que um número expressivo de sujeitos estão excluídos da educação formal. Esse é um direito social fundamental para que ocorra a construção da cidadania dos jovens e adultos que vivem nas áreas de reforma agrária.

Di Pierro (2005) enfatiza em sua discussão questões referentes à “inadequação da organização escolar e dos projetos pedagógicos do ensino noturno para atender às *expectativas e características dos estudantes trabalhadores*” (Di Pierro, 2005, p. 1121, Grifos nossos). E sinaliza para “a emergência de movimentos que reivindicaram o *reconhecimento político e cultural de identidades sociais singulares* (mulheres, negros, jovens, indígenas, sem terra)” (Di Pierro, 2005, p. 1121. Grifos nossos). Neste artigo nosso objetivo não é esgotar essa discussão, que vem sendo realizada por diversos autores (Ferro & Pinheiro, 2015; Santos, Crusoé e Moreira, 2017; Vigano e Laffin, 2016). Trata-se de um debate que, segundo Di Pierro, “favoreceu o reconhecimento da *diversidade* dos sujeitos da educação de jovens e adultos” (Di Pierro, 2005, p. 1121. Grifos nossos).

Não resta dúvida de que esta modalidade de educação reserva especificidades, principalmente quando se refere a jovens trabalhadores e moradores no campo, o que nos permite afirmar que estes jovens possuem uma identidade cultural e social, exigindo que sejam realizadas ações pedagógicas, bem como a preparação de materiais de apoio que discorram sobre os saberes da terra.

Esta forma de entender a educação exige constante ação-reflexão-ação. Com base neste princípio, busca-se realizar o processo de ensino-aprendizagem em uma perspectiva crítica da realidade imediata. Neste processo, busca-se compreender a realidade social em processo de transformação e de contradição e, com base nesta reflexão, busca-se vislumbrar formas de ação consciente do papel ativo dos sujeitos históricos. (Freire, 1997 e Freire, 2001).

Na tentativa de se atender os princípios mencionados acima, buscam-se instrumentos didáticos, conforme anuncia o documento do PRONERA:

Deve-se fazer uso de instrumentos didático-pedagógicos de uma educação problematizadora, dialógica e participativa. Isto implica pensar um processo de aprendizagem-ensino que comporte três etapas básicas:
-investigação dos grandes temas geradores que mobilizem a comunidade ou grupo e que podem ser transformados em eixos temáticos estruturadores do currículo;

-contextualização crítica dos temas geradores identificados, privilegiando uma abordagem histórica, relacional e problematizadora da realidade;
-processo de aprendizagem-ensino que se vinculem a ações concretas de superação das situações-limite do grupo (Manual de Operações do PRONERA, 2011, p. 22-3).

Nesse contexto, almeja-se a relação entre o conhecimento teórico e prático, visando à formação de sujeitos sociais com conhecimentos científicos integrados às diferentes formas de trabalho no campo, não se desvinculando, entretanto, do contexto socioeconômico do país. Assim, a educação formal do trabalhador do campo precisa articular a formação específica, com o conhecimento científico acumulado pela humanidade, assegurando-se a “relação indissociável da educação e do desenvolvimento territorial sustentável como condição essencial para qualificação do modo de vida da população envolvida nos projetos” (PRONERA, 2011, p. 21).

Defende-se que a EJA, com suas especificidades, também se volte para a totalidade social. Neste aspecto, Krupskaja, ao se referir à educação na Rússia revolucionária, indica a forma de construção deste conhecimento, conforme expressa Favoreto:

Krupskaja, baseada em Lênin, pressupunha uma formação política e cultural relacionada à consciência do projeto socialista do Estado, com consciência do processo produtivo

em suas diversas tarefas distribuídas no sistema de divisão do trabalho. Neste sentido, defendia que o ensino politécnico seria aquele que proporcionaria ao trabalhador o conhecimento de todo o processo de produção em suas múltiplas relações, inclusive na sua diferença com o modelo capitalista (Favoreto, 2008, p. 70-71).

Com o objetivo de estabelecer a relação entre o conhecimento formal e a realidade social, um dos maiores desafios é estabelecer um espaço de diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, visando à integração entre homem, ciência e trabalho. O estabelecimento deste diálogo requer

... a incorporação de especialistas no trabalho dos organismos centrais, isto é, de professores com preparação teórica e larga experiência prática e de pessoas competentes para o ensino profissional e técnico (Lênin, 1977, *apud* Favoreto, 2008, p. 61).

Numa perspectiva metodológica, a integração entre as diferentes áreas do conhecimento deverá ser realizada de forma que cada área, no estudo de seu objeto, compreenda seu elo com o desenvolvimento histórico-social da produção científica. Para isso, todas as atividades desenvolvidas devem ter como propósito se reportar à totalidade social em suas múltiplas articulações, contradições e determinações, fazendo a mediação entre o

conhecimento científico, o conhecimento empírico e a sociedade.

Quanto ao princípio da transdisciplinaridade, o PRONERA propõe que

Um processo educativo que contribua para a articulação de todos os conteúdos e saberes locais, regionais e globais garantindo livre trânsito entre um campo de saber e outro. É importante que nas práticas educativas os sujeitos identifiquem as suas necessidades e potencialidades e busquem estabelecer relações que contemplem a diversidade do campo em todos seus aspectos: sociais, culturais, políticos econômicos, de gênero, geração e etnia (PRONERA, 2011, p. 22).

Neste sentido, Arroyo (1999) afirma que assim como o trabalho tem sido concebido como princípio educativo, os movimentos sociais também têm sido matrizes educativas extremamente ricas buscando oportunizar aos educandos a construção de novos conhecimentos a partir do diálogo entre suas vivências e o conhecimento científico.

Neste contexto é preciso entender o campo como um espaço de vida, de trabalho, de cultura e de produção do conhecimento, na sua relação com a existência e a sobrevivência dos povos, indo além de uma definição jurídica, configurando-se também como um conceito político, econômico e cultural. A perspectiva da educação do campo

articula-se através de um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, a partir da perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem.

Segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo a identidade da escola do campo é definida:

... pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (MEC, 2002, p. 37).

A escola do campo deve corresponder à necessidade de formação integral. Para tal, precisa garantir o acesso a todos os níveis e modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial), de acordo com o artigo 6º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

O modelo de gestão utilizado no projeto de educação aqui relatado, foi o participativo, “cujas responsabilidades são assumidas por todos em construção coletiva no acompanhamento e na avaliação dos projetos pedagógicos”. (PRONERA, 2011, p. 21).

A capacitação dos educadores ocorreu no início de cada disciplina, prevendo o estudo dos fundamentos da proposta apresentada, bem como suas exigências, planejamento das aulas prevendo o tempo escola e tempo comunidade, avaliação e elementos específicos de cada disciplina.

Proposta Pedagógica da Alfabetização de Jovens e Adultos – Fase II – em áreas de Reforma Agrária do Estado do Paraná: descrição do projeto

O convênio nº 777329/2012, foi assinado em 11 de dezembro de 2012, e celebrou uma parceria entre a UNIOESTE e o INCRA, para a realização do Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos – Anos Finais – Fase II, em áreas de Reforma Agrária do Estado do Paraná. Considerando que o referido projeto trata de uma modalidade de ensino da Educação Básica, a UNIOESTE solicitou à Secretaria de Estado da Educação (SEED) a certificação dos educandos pelo Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak. Por meio do Parecer Conjunto nº 296/2012, o Departamento da Diversidade (DEDI) e o Departamento da Educação Básica (DEB), apresentaram posição favorável à solicitação, ressaltando a necessidade de análise e aprovação pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). Na sequência, a UNIOESTE reenviou a

proposta de EJA Fase II para apreciação da Secretaria, com vistas a receber orientações quanto a eventuais adequações, para então submetê-las ao CEE.

Embora as propostas curriculares de escolarização da UNIOESTE e a proposta curricular de EJA II do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, fossem semelhantes quanto ao atendimento da Lei Federal 9.394/96, Resolução nº 3 – CNE/CEB, Deliberação nº 05/2010-CEE, normas do Sistema Estadual de Ensino, foram solicitadas algumas adequações no rol de disciplinas a serem ofertadas.

Tais adequações foram realizadas e o Conselho Estadual de Educação autorizou, em 11 de junho de 2013, por meio do Parecer CCEE/CEIF nº 80/2013, que a certificação fosse emitida pelo Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Normal, mantido pelo Governo do Estado do Paraná, situado no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, sob a jurisdição do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul/PR. Os ajustes efetuados no projeto pedagógico do curso de escolarização de jovens e adultos – Fase II – foram informados ao INCRA/PRONERA.

Desse modo, a proposta político-pedagógica do curso apresentou a seguinte matriz curricular:

Quadro 1 - Matriz Curricular do EJA II.

MATÉRIA	CH	CH + HA
ARTES	94	117,5
CIÊNCIAS	213	266,25
ED. FÍS.	94	117,5
GEOGRAFIA	213	266,25
HISTÓRIA	213	266,25
ENS. REL.	10	12,5
INGLÊS	213	266,25
MATEMÁTICA	280	350
PORTUGUÊS	280	350

Fonte: PPP EJA II.

Em agosto de 2013 iniciaram as atividades no polo de Londrina e em novembro do mesmo ano nos polos de Porecatu e Maringá.

O polo de Renascença, que originalmente fazia parte do projeto, tinha previsão de início das atividades para dezembro de 2013, porém, não apresentou efetividade de demanda para a oferta do curso. Dessa forma, durante o ano de 2014, a Coordenação do Projeto, os técnicos de apoio e a Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário do INCRA, estudaram alternativas para que o curso pudesse ser ofertado em outro polo. A partir de julho de 2014, foram feitas tratativas para a implantação de um polo em Rio Bonito do Iguçu, que teve suas atividades iniciadas em dezembro do mesmo ano. As atividades do projeto em todos os polos foram encerradas em dezembro de 2016.

Considerações

A UNIOESTE, enquanto universidade pública e gratuita tem como compromisso político e social a formação acadêmica e profissional, a produção e a socialização do conhecimento tendo em vista a democratização da produção cultural e o desenvolvimento científico, econômico e social, contribuindo assim no desenvolvimento das regiões na qual está inserida e da sociedade em geral.

A UNIOESTE possui 44 anos de existência, e apresenta larga experiência no ensino superior, em cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Assim, foi muito enriquecedora a possibilidade de atuação na educação básica, em especial com a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, em áreas de reforma agrária no Estado do Paraná.

O curso de Escolarização de Jovens e Adultos – EJA II, procurou cobrir uma lacuna que historicamente não foi preenchida, a saber, oportunizar que

adultos não escolarizados em áreas de reforma agrária, tivessem acesso a um processo de educação numa modalidade que sejam capazes de frequentar. A parceria realizada entre a UNIOESTE e o INCRA tem sido positiva. Ressalta-se que esta parceria existe há mais de uma década, com a realização de três cursos superiores em Pedagogia para Educadores do Campo, e o convênio pioneiro que resultou no projeto em discussão da Escolarização de Jovens e Adultos – Fase II – em áreas de Reforma Agrária do Estado do Paraná.

No polo de Londrina, no assentamento Eli Vive, distrito de Lerroville, 49 educandos manifestaram interesse em participar do curso, preencheram a ficha de matrícula e entregaram documentos pessoais. Destes, 11 concluíram o curso, e 10 foram certificados. Particularmente no polo de Londrina, em agosto de 2013, mesmo período que as aulas iniciaram, houve, nesse polo, a migração da condição de acampamento para a condição de assentamento, o que causou, de início, uma brusca evasão, afora as demais dificuldades que são inerentes a cursos na modalidade EJA. Essa narrativa demonstra o quanto é necessário ampliar os equipamentos e modalidades de atendimento a esta população, visando

atender as demandas considerando a realidade destes sujeitos.

No polo de Porecatu, no acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, 39 educandos manifestaram interesse em participar do curso, preencheram a ficha de matrícula e entregaram documentos pessoais, e todos participaram da aula inaugural. 11 educandos concluíram as atividades do curso e foram certificados.

No polo de Maringá, na Escola Milton Santos, 16 educandos foram matriculados no curso. Destes, 6 concluíram as atividades, e 5 foram certificados.

No polo de Rio Bonito do Iguçu, no acampamento 1 de maio, 69 educandos manifestaram interesse em participar do curso, entregaram a documentação e a ficha de matrícula. Destes, 31 iniciaram o curso, 13 concluíram o curso e 12 foram certificados.

Dessa forma, no projeto de Escolarização de Jovens e Adultos – Fase II – em áreas de Reforma Agrária no Estado do Paraná, houve o quantitativo de 173 educandos matriculados (que entregaram documentos pessoais); 41 concluíram as atividades nos polos, e 38 fizeram jus à certificação. Mesmo sendo o Projeto uma iniciativa direcionada ao atendimento deste público específico, os

resultados mostram a necessidade de empenho específico com esta população. O número de matriculados apresenta a demanda e o número de certificados, ainda que muito menor do que as matrículas, é capaz de apresentar o sucesso, ainda que parcial, desse Projeto, levando-se em consideração as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, acrescido das problemáticas já referidas, neste texto, com populações marginalizadas de comunidades distantes dos centros urbanos.

Dentre os objetivos principais do curso destacam-se a necessidade de proporcionar que jovens e adultos tivessem o acesso à escolarização (Anos Finais do Ensino Fundamental); que as condições do acesso à educação como um direito social e fundamental na construção da cidadania de jovens e adultos que vivem em áreas de assentamentos de reforma agrária fossem ampliadas, fato demonstrado pela relativa demanda ocorrida nos polos do projeto; que houvesse a possibilidade de melhoria de vida dos moradores do campo, implicando em maior acesso à educação formal e outros meios; promoção de parcerias entre a Universidade, órgãos governamentais na esfera federal, estadual e municipal, e comunidades assentadas, na implementação do projeto de escolarização, oportunizando o acesso à

educação de qualidade inserida na realidade social destas comunidades; produção de um banco de dados na Universidade, contendo informações sobre a formulação e o processo de execução do projeto; Estimular a realização de estudos sobre a educação formal de jovens e adultos no campo. Objetivos esses, que foram alcançados, na totalidade ou parcialmente, de forma a justificar o investimento nesta modalidade de educação, enquanto uma necessidade de atendimento as demandas sociais de nossa população.

A evasão é um fenômeno que impacta a modalidade de Jovens e Adultos em âmbito nacional. Numa situação de escolarização em áreas de reforma agrária, o problema torna-se mais acentuado. Houve muita dificuldade em selecionar e contratar os professores, por diversos motivos: primeiro, a baixa remuneração; segundo, a dificuldade de acesso aos acampamentos/assentamentos para os docentes que viviam na cidade, pois as despesas de deslocamento e alimentação deveriam ser custeadas pelos próprios docentes. Some-se a isso o fato de que os docentes, em sua maior parte, possuíam outros vínculos empregatícios, e a adequação de datas/horários também foi um fator que dificultou a organização das atividades.

Além desses aspectos, variáveis outras, de caráter interno, também dificultaram o desenvolvimento das atividades propostas, conforme pode ser observado no registro elaborado para o relatório final do convênio. Fato que, novamente, expõe a difícil realidade vivida por aqueles que atuam na Educação do Campo, tanto professores, como alunos. Aqui, alguns apontamentos extraídos do relatório final:

- Em Londrina, por exemplo, as aulas iniciaram no momento de transição de acampamento para assentamento Eli Vive. Isso por si só gera uma grande mudança no cotidiano dos educandos, que passaram a ter maiores dificuldades para frequentar as disciplinas, visto a dificuldade dos educandos de se deslocar até a escola;
- Num acampamento a mobilidade é muito grande e necessidades forçaram famílias a um movimento migratório para outras localidades;
- O polo de Maringá, na Escola Milton Santos, congregava educandos das regiões Norte, Noroeste e Oeste do estado do Paraná; além da dificuldade de deslocamento até o polo, o valor da bolsa era insuficiente para cobrir as despesas de deslocamento;

- Casos de educandos que adoeceram;
- A necessidade de trabalhar;
- A (des)valorização do estudo de forma geral.

Durante a execução do projeto constatou-se a importância que este curso teve junto aos educandos, de modo a fornecer-lhes os instrumentos necessários para o exercício de sua cidadania, melhorando sua condição de vida e da comunidade de forma geral.

Em tese, pode-se dizer que a Universidade, em parceria com os movimentos sociais da educação no campo e o INCRA/PRONERA, cumpriram essa função, tendo em vista a certificação de trinta e oito educandos no Ensino Fundamental, Fase II e, para, além disso, pode apresentar uma modalidade de educação formal mais acessível a realidade da Educação do Campo. É importante ressaltar que no desenvolvimento deste projeto, o dado quantitativo não é o mais importante, mas sim, a possibilidade de inserção e atuação de modalidade de ensino em espaços sociais que historicamente foram negligenciados pelo poder público. Os dados apresentados nos percentuais a seguir nos indicam isso. Apenas a título de exemplo, pode-se ressaltar que 19% dos concluintes possuem mais de 56 anos; e 49% acima de 46. Agora, 70% dos concluintes possuem

acima de 36 anos, o que é um dado extremamente significativo, se considerarmos que esses sujeitos continuariam a constar nos dados estatísticos de não escolarizados, devido à dificuldade de possibilidade de inserção no sistema educacional oficial. Com relação aos que se evadiram, 39% possuem acima de 46 anos, o que resulta, dentre outras variáveis, pela presumida dificuldade que esses indivíduos trazem em sua trajetória educacional. 57% possuem idade entre 20 e 45 anos. Outro dado relevante, que pode fornecer subsídios para futuras pesquisas, considerando que é uma idade adequada para uma mão de obra produtiva.

A dinâmica das relações sociais indica a permanência de velhas demandas: falta de profissionais qualificados, baixa remuneração, dentre outras necessidades. Ou seja, a realidade social mostra que ainda são muitos os desafios a serem enfrentados tendo em vista a quantidade e a qualidade do ensino ofertado, particularmente nas áreas rurais. Para concluir, queremos registrar que a experiência realizada durante o período de realização do Curso foi profícua para a Universidade, em especial, por oportunizar contato com setores importantes da sociedade, como os movimentos sociais do campo, que por meio de suas demandas, nos colocam no âmbito do ensino, da

pesquisa e da extensão, novos desafios a respeito da formação profissional docente.

Referências

Arroyo, M. G. (Org.). (2003). *Da Escola Carente à Escola Possível*. São Paulo-SP: Editora Loyola.

Brasil. (1991). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva.

Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Recuperado de: www.mec.gov.br. Acesso em: 02 Set 2012.

Brasil. (2002). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. Diretoria de Educação para Diversidade e Cidadania. Coordenação Geral de Educação do Campo. Brasília.

Brasil. (2011). Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA. *Manual do Programa Nacional de Educação na reforma agrária (PRONERA)*. Brasília.

Cascavel. (2008). Secretaria Municipal de Educação. *Currículo para a rede pública municipal de ensino de Cascavel*. Volume III: Ensino Fundamental – Educação de Jovens e Adultos. Cascavel: Editora Progressiva.

Di Pierro, M. C. (2005). Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *Educação e Sociedade*, 26(92), 1115-1139. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300018>

Favoreto, A. (2008). *Marxismo e educação no Brasil (1922–1935): o discurso do PCB*

e de seus intelectuais (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Ferro, J. I., & Pinheiro, R. A. (2015). A ação docente e o currículo na EJA: um repensar a partir das diferenças socioculturais dos alunos. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, 3(5), 99-120.

Freire, P. (1997). *Política e Educação: ensaios*. São Paulo, Cortez.

Freire, P. (2001). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Giovanetti, M. A., Gomes, N. L., & Soares, L. (Orgs.). (2006). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2007). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 2007 – Relatório Comentários*. IBGE.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 2010 – IBGE*.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2010). *Qualidade de vida, produção e renda nos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Incra.

Paiva, J., & Oliveira, I. B. (Orgs.). (2009). *Educação de Jovens e Adultos*. Petrópolis-RJ: DP&A.

Paraná. (2005). Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Departamento de Educação Profissional. *Educação Profissional na Rede Pública Estadual: Fundamentos Políticos e Pedagógicos*.

Santos, G. R. M., Crusoé, N. M. C., & Moreira, N. R. (2017). *Prática Educativa em Movimento Social: narrativas de*

jovens. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, 5(10), 90-107.

Silva, R. C. S., Sousa, E. A. A., Queiroz, J. M. A., & Onofre, J. A. (2019). As causas da evasão escolar na EJA: uma concepção histórica. *Revista EJA em Debate*, 8(13), 1-18.

Vigano, S. M. M., & Laffin, M. H. L. F. (2016). A educação de Jovens e Adultos como um espaço de empoderamento das mulheres. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, 5(7), 1-19.

ⁱ Convênio SICONV nº 777329/2012 firmado entre a UNIOESTE e o INCRA, com o escopo de formar jovens e adultos que residem em áreas de assentamento e acampamentos de reforma, em regime de alternância em tempo escola e tempo comunidade.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 08/07/2019
Aprovado em: 20/01/2020
Publicado em: 26/02/2021

Received on July 08th, 2019
Accepted on January 20th, 2020
Published on February, 26th, 2021

Contribuições no Artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não teve financiamento.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Estrada, A. A., & Soligo, V. (2021). *Escolarização de Jovens e Adultos em áreas de Reforma Agrária do Estado do Paraná: a experiência da UNIOESTE*. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e7151. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7151>

ABNT

ESTRADA, A. A.; SOLIGO, V. *Escolarização de Jovens e Adultos em áreas de Reforma Agrária do Estado do Paraná: a experiência da UNIOESTE*. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 6, e7151, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7151>